

# Neoliberalismo realmente existente, estruturas de poder e ação política

uma conversa com Jamie Peck

**J**amie Peck é um dos mais influentes geógrafos da atualidade, professor titular do Departamento de Geografia da University of British Columbia (UBC), cujas contribuições, há décadas vem ajudando a moldar o debate intelectual transversal à Geografia Humana, especialmente na área da Geografia Econômica Política. Sua obra inclui importantes reflexões sobre a dinâmica da neoliberalização e a mobilidade de práticas políticas, bem como as transformações econômicas da governança urbana e das regulações sobre o mercado de trabalho. Nessa conversa exclusiva para a *e-metropolis* que aconteceu nas dependências da UBC, no primeiro semestre de 2019, o autor fala sobre a influência da cultura

teórica flexível e não-dogmática da geografia crítica sobre o seu pensamento, que se destacou por abordar o tema do neoliberalismo a partir de um forte compromisso com o trabalho empírico. Nesse âmbito ele ressalta a importância de se investigar as formas com que a hegemonia neoliberal conseguiu se reconstruir, enquanto um modo de “governança de emergência” que não existe sozinho, mas está profundamente arraigado em outras estruturas de poder. Peck destaca sobretudo a crise de legitimação do neoliberalismo de “terceira via”, nos termos de Nancy Fraser, associado a governos trabalhistas ou de esquerda. Para ele, desde 2008, o horizonte político de ação neoliberal tem sido tão menos criativo

## Fernanda Pernasetti

é doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ, membro do grupo de pesquisa Espaço e Poder (Cnpq) e editora da *e-metropolis*. Realizou essa entrevista ao final do seu período de estágio de doutoramento no exterior, supervisionado pelo próprio prof<sup>o</sup> Peck, e viabilizado pelo PDSE/Capes.

nanda.pernasetti@gmail.com

quanto mais destrutivo, o que, embora explique sua associação a governos de traços conservadores e autoritários, pode significar também importantes brechas para experimentações progressistas, vindas de fora do seu repertório de respostas habitual. Numa conversa que passa por questões teórico-epistemológicas e pela polêmica da “China neoliberal”, Peck fala sobre sua experiência de pesquisa no Brasil, que compôs o livro *Fast Policy* (2015), destacando que o Bolsa Família é um exemplo de disputa sobre os rumos da ação política num contexto neoliberal, e demarca o programa brasileiro como um precedente fundamental para que o debate sobre renda básica incondicional esteja hoje se disseminando pelo mundo.

**Ao longo dos últimos quase trinta anos, seu trabalho tem se distinguido na Geografia e influenciado outras áreas dos estudos urbanos e das Ciências Sociais de maneira geral, ao adotar uma perspectiva que permite abordar os processos de neoliberalização a partir de uma composição entre aspectos estruturais do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo, e as abordagens mais pós-estruturalistas, como o pensamento decolonial. Gostaria de começar perguntando se você concorda que a capacidade de equilibrar aspectos estruturais e específicos é um dos pontos teóricos fortes de seu trabalho intelectual, e pedir que fale um pouco, em termos gerais, sobre seus pressupostos filosóficos e autores de referência.**

Considero que muito do trabalho que tenho feito reflete o que chamarei de “cultura teórica da geografia crítica”, que, durante décadas, e certamente desde a minha pós-graduação, apresentou uma abordagem da teoria de maneira muito flexível e não dogmática. Na geografia crítica, o comum é combinar elementos, influências teóricas de diferentes campos objetivando ajudar na compreensão do mundo real e das situações aí existentes. Portanto, penso que ela se beneficia de uma cultura de pesquisa e desenvolvimento metodológico que muitas vezes não cria grandes barreiras entre diferentes tradições teóricas. Nesse sentido, eu diria que a maioria dos economistas políticos no campo da geografia tem sido fortemente influenciada pelo pós-estruturalismo, feminismo, ecologia política, e mesmo por diferentes perspectivas de “agência”, comumente combinados. Há ali uma abordagem um pouco mais aberta ao diálogo entre as posições.

O segundo aspecto é que neste campo também há um forte compromisso com o trabalho empírico, ou seja, a combinação de investigação empírica com teorização flexível. Então, eu diria que, em termos do meu próprio trabalho, nada partiu de uma ideia grandiosa do que seria o neoliberalismo, mas de conceitos *off-the-shelf*, padronizados, a serem explorados e questionados em determinadas situações. Uma das razões pelas quais o trabalho sobre neoliberalização, por exemplo, avançou muito cedo na geografia crítica foi o fato de estarmos elaborando uma teorização flexível em diálogo com uma investigação empírica desde um estágio relativamente inicial do fenômeno político, e certamente do meu próprio trabalho, desde os anos 1980.

Depois da época do *thatcherismo*, houve uma ordem, um projeto e um programa claramente políticos por trás das iniciativas individuais, e os geógrafos também sentiam a responsabilidade de tentar estabelecer relações entre a manifestação local e os padrões mais amplos de transformação neoliberal. Este tipo de questão é um lugar comum, especialmente na geografia crítica, de se pensar as conexões entre o particular e o geral, e entre o local e o mais que local, procurando maneiras de explicar as investigações locais de uma forma “mais-do-que-local”. Então acho que esse tipo de pergunta leva à elaboração de explicações de provisão, conceitos de trabalho que são relativamente flexíveis e adaptáveis, e que continuam seu questionamento tendo como base um programa de pesquisa empírica. Penso que foi daí que surgiu. Não posso reivindicar nenhum crédito por inventar essa abordagem, pois a aprendi com outras pessoas. Eu diria que o mais importante é que Doreen Massey desarrumou o que estava organizado, tornando-se a maior influência da geografia crítica da Grã-Bretanha da minha geração. Muitos de nós “crescemos” lendo seu trabalho e fomos inspirados pelos programas e obras nos quais ela esteve engajada, e que sempre envolveram esse tipo de diálogo entre uma forma bastante heterodoxa e aberta de economia política ligada à investigação de âmbito local. Os casos locais não eram menos importantes nessa visão de mundo, eram as formas com as quais nos deparávamos para entender o mundo, trabalhando através de cenários. Assim, em muitos aspectos, uma das minhas principais influências foi a forma de Massey de pensar as divisões espaciais do trabalho, o sentido global do lugar e uma compreensão extravertida do local que o enxerga não como um detalhe de um quadro maior, mas como um meio de entender o quadro maior. Acho que esses aspectos da abordagem de Massey em teoria e pesquisa moldaram muitos dos programas de trabalho em geografia crítica a partir dos anos 1980 e 90. Sou uma criatura desse mundo, acima de tudo.



**Às vezes ter um mapa mental de referências nos ajuda a situar alguns autores, e nas Ciências Sociais o pensamento crítico normalmente é visto como um espectro que vem do marxismo, passa pelo neomarxismo, a regulação, as teorias do sistema mundo, e assim por diante, incorporando abordagens mais pós-estruturalistas, como o urbanismo assemblage, os estudos feministas, os estudos decoloniais etc. Em outras palavras, geralmente é “organizado” em termos de maior ou menor estruturação. Você acha que, em termos metodológicos, é útil tentar posicionar um autor, ou seu próprio trabalho, em algum lugar desse espectro?**

Penso que sim, desde que este espectro não seja interpretado de maneira estática, mas como um conjunto de abordagens que têm diferentes tipos de relações entre si. Acho que o perigo que daí deriva se dá quando o espectro se transforma num binário. Em alguns aspectos, novamente, a cultura teórica em muito do que existe na geografia crítica tende não a percorrer um “caminho do meio”, mas pelo menos encontrar novas combinações entre perspectivas muitas vezes já descritas. Isso pode ser considerado uma forma hábil de absorver o que existe de um lado e de outro, adquirindo elementos de ambos, sendo que as posições mais extremas são as menos comumente habitadas. Durante todo o caminho que percorri, tenho me interessado por formas de teorização mais heterodoxas e abertas, ao invés das dogmáticas, e assim que leio a teoria da regulação francesa, como uma forma de marxismo flexível, não rígida, que exigia, por exemplo, que se tentasse dar sentido às configurações institucionais. Mas é dar sentido a elas seriamente, não elaborando uma teoria superabstrata do Estado, mas com uma compreensão realmente fundamentada no modo de funcionamento das instituições sociais. Assuntos como a teoria da regulação novamente habitam espaços que eu acho que estão mais ou menos no meio desse espectro, e todas as influências teóricas importantes nos meus primeiros anos, eu diria, têm essa característica, devido às teorias de segmentação do mercado de trabalho – uma forma de economia política aplicada que nunca foi antimarxista, mas que também nunca foi convencionalmente marxista. Assim, penso que a teoria da regulação se encaixa ali, muito do trabalho de Doreen Massey se encaixa ali, a teoria da segmentação do mercado de trabalho se encaixa ali, muito trabalho em sociologia econômica se encaixa ali, e também o trabalho em economia institucional e economia feminista.

Mais uma vez, acho que é muito bom encontrar

um caminho diferente, entre uma análise mais estrutural na economia política e abordagens mais pós-estruturalistas, tendo a capacidade de combinar e pensar a partir de diferentes abordagens, compreendendo sua própria posição em relação às dos outros. Acho que seria muito mais útil pensar a ideia de absorver diferentes perspectivas teóricas como o ato de “esquiar” pelo caminho do meio, e aprender a partir de diferentes posições, em vez de permanecer em modos habituais como num tipo de fundamentalismo de uma só perspectiva. Não tomar a elaboração teórica como um compromisso por encontrar uma só posição. Acho que se trata de uma versão do que Michael Buraway denomina ciência social reflexiva, que é estar consciente das limitações de seus próprios métodos de investigação, da ótica particular e das “porosidades” de suas próprias posições teóricas, e buscar o que pode ser aprendido num diálogo com tudo isso.

**As próximas perguntas abordam sua posição em torno da ideia de “neoliberalismo realmente existente” e de tópicos como a ascensão da extrema direita no mundo, a China, e claro, o Brasil. Em sua obra, o neoliberalismo é considerado um fenômeno híbrido e conjuntural, nunca totalmente realizado como projeto, mas sempre misturado com formas políticas, sociais e institucionais de um determinado contexto. Em sua análise, a neoliberalização se caracteriza por constantes fracassos ou crises e uma notável capacidade de encontrar saídas para se adaptar, permanecendo hegemônica no sentido gramsciano. O neoliberalismo cria soluções, falha e cria novas soluções, como no caso da desregulamentação previdenciária e da mercantilização das políticas sociais. Não há limites para essa capacidade de reinvenção do neoliberalismo?**

A primeira coisa a se dizer é que a compreensão da neoliberalização como um processo evolutivo a partir do “falhar adiante” (*failing forward*) está inscrita em sua dinâmica. Essa não foi uma concepção desenvolvida em abstrato, mas através do acompanhamento real de diferentes programas de transformação neoliberal, inicialmente começando pelo mercado de trabalho, reforma previdenciária, política urbana e assim por diante. Há que ver como as formulações neoliberais, racionalidades e estratégias ganharam força nesses diferentes campos e como funciona neles a dinâmica de desenvolvimento de políticas institu-

cionais. A experiência do mundo real de diferentes projetos de neoliberalização – com o “n” muito pequeno, em oposição a um “N” maiúsculo de um projeto singular – dá uma noção de como esse modelo oportunista de desenvolvimento de políticas funciona, como a forma efetiva de funcionamento da neoliberalização tem sido a de estabelecer parâmetros estreitos, confinados e ideológicos para a escolha de soluções “práticas” para problemas atuais. Um bom exemplo seria o reduzido conjunto de respostas à crise financeira de 2008 em que há uma busca dentro de um campo relativamente limitado de possibilidades. Não há nada nessa concepção que diga que se trata ou não de reestruturações para a eternidade, pois na verdade não há um processo de mudança histórica real por trás dessas experiências acumuladas de neoliberalização.

Na verdade, penso que no âmbito da hegemonia neoliberal há desdobramentos da acumulação, da crise dos fracassos e da crise de legitimação, e que alguns deles se tornam mais cumulativos. Não quer dizer que não haja ainda caminhos a serem encontrados para o “neoliberalismo 3.0, 4.0”, ou alguma outra reconstrução, inclusive porque os cientistas sociais – eu diria, desde pelo menos os anos 1990 – geralmente subestimam a capacidade de adaptação do neoliberalismo. Tendem a ler a crise daquele momento específico como uma crise terminal, com muito pensamento ilusório (*wishful thinking*) como parte disso. Entendo e eu mesmo já fiz isso. Quando é você mesmo que prevê várias vezes, erroneamente, a morte do neoliberalismo, isso o faz pensar duas vezes antes de novas previsões (risos). Comecei, então, a fazer previsões nos anos 1990 e agora, pelo menos, tento verificar a mim mesmo. É importante conseguir ver maneiras de o projeto se reconstruir através das condições de crise, pois as reformas neoliberais se encontram, muitas vezes, em uma posição de aposta numa jogada maior que lhes permitirá tirar vantagem de seus adversários políticos. A esquerda, especialmente, se depara com momentos de contenção financeira e turbulência econômica que dificultam a construção de programas de longo prazo. Respostas de curto prazo talvez sim, mas os próprios momentos de crise podem ser facilmente explorados pelas forças da direita, muitas vezes em conjunto com as reformas neoliberais. Trata-se de uma tecnologia evolutiva construída com a crise e que avançou *através* da crise, desenvolvendo políticas precisamente nesses períodos.

Continuo sendo um teórico da regulação no sentido de que, mesmo ciente de que haja previsões para futuro, não teorizo sobre um tipo de economia política preditiva. Eu diria que, de certa forma, num sentido mais geral, a história acumulada da neo-

liberalização sugere que estamos em um momento diferente de sua formação histórica. A única coisa que poderia dizer antecipadamente sobre que papel o neoliberalismo iria desempenhar, quando da crise de 2008 ou da de 1990 ou da de 1980, é o de um “animal diferente” em cada momento. No pós-2008, principalmente, temos visto uma crise de legitimação do neoliberalismo, que é tanto uma questão de liderança moral quanto de racionalidade intelectual. Ambas foram prejudicadas de uma maneira que não o tinham sido nas crises anteriores. Portanto, a capacidade de liderança frontal dos projetos neoliberais não é atualmente o que era em décadas passadas. Agora, usando a frase da Sra. Thatcher, cada vez mais “não há alternativa”, o que nos leva a criar alguma versão do neoliberalismo. Ele não é vendido agora como um caminho para a generalização do bem-estar. Encontra-se no menor denominador comum e, portanto, deve ter um discurso de venda política muito diferente do de Ronald Reagan ou Margaret Thatcher, quando o neoliberalismo “ia nos levar a um futuro brilhante” nos anos 1980. Agora ele é vendido como uma forma de governança de emergência, que seria mais eficaz do que outras. Esse é um posicionamento muito diferente do projeto e do programa. Resta alguma capacidade de se reproduzir, diria eu, porque o projeto de neoliberalização está profundamente arraigado a outras estruturas de poder. Não é como se existisse sozinho. Como fonte de poder político, econômico e social, sempre teve que conviver com outras forças, forças do centro e da direita mais comumente, mas às vezes também com partes da esquerda. Portanto, o fato de a neoliberalização se misturar com outras formas de poder social significa que ela não pode existir por si só, mas também que não pode falhar por si só. Ela nunca define o horizonte social em si, então mostrar o neoliberalismo é mostrar também outras estruturas de poder, e essa é uma das razões pelas quais eu acho que por causa de sua obstinação e teimosia ela está tão profundamente embutida em outros programas depois de décadas de mudanças transformadoras.

Haverá um ponto no qual poderemos dizer que o neoliberalismo não faz mais parte da matriz comum, se posso colocar a questão dessa forma. Que ele não é mais um dos fios que ligam programas políticos ao redor do mundo, que o neoliberalismo não faz mais parte da mistura. Mas acho que ainda não estamos lá. Acho que ainda estamos na situação em que as formas de neoliberalização fazem parte da mistura em múltiplos projetos políticos e instituições, e ainda se tornam uma das formas que vemos, definindo parte das regras do jogo que as classes políticas jogam, em diferentes sistemas. E esse é um dos aspectos compartilhados entre classes políticas de diferen-

tes países: faz parte das regras do jogo. Acho que é mais ou menos assim a forma como o neoliberalismo realmente existe, ainda que tudo agora seja muito diferente, porque ele não ocupa a mesma posição de liderança frontal que ocupava nos anos 1980 e 90. O neoliberalismo está agora numa posição política de estabelecimento arraigado, parece ter perdido essa visão de seu próprio futuro, e desde 2008 tem sido uma espécie de bloqueio de governança imperativo. Trata-se somente de “fazer o que temos de fazer”, apenas para “passar por esse momento”, e isso é muito diferente de um projeto cuja visão de futuro olha para bem mais longe.

**Você frequentemente menciona as reflexões de Nancy Fraser sobre o fim de um certo “neoliberalismo moderado” com a crise pós-2008. E já tive a oportunidade de ler que acredita que o impulso mais recente à dinâmica da neoliberalização ao redor do mundo foi devido também à ausência de uma alternativa sistêmica de esquerda. Como se “não houvesse nada” para colocar no lugar do neoliberalismo após a crise. Na sua opinião, o que contribuiu mais decisivamente para esse cenário de desarticulação crítica: a inexorabilidade das dinâmicas expostas por Harvey, como o recrutamento da “acumulação por espoliação”, ou a dificuldade de unidade das forças políticas de esquerda na construção de processos coletivos concretos?**

Para começar, concordo particularmente com Nancy Fraser quando ela diz que uma das formações da governança neoliberal que falhou mais gravemente foi o compromisso social-democrata centrista, de terceira via, com os neoliberalismos, que pode ser rastreado especialmente até Bill Clinton e Tony Blair em meados dos anos 1990. A extensão disso pode ser vista no grande descrédito do assentamento do neoliberalismo a partir de partidos centristas tanto pela experiência como por muitos dos apoiadores desses partidos. Isso sugere que agora estamos em um momento diferente. Stuart Hall descreve essa terceira via como possivelmente o melhor escudo político que o projeto neoliberal já teve e terá. É tão bom quanto a sua apresentação poderia ser. Agora que esse escudo foi quebrado, esse caminho central dos projetos neoliberais é muito mais difícil de ser usado pelos partidos de esquerda, sendo que talvez, para os partidos do centro, esse tipo de terceira via comprometa a sua posição. Portanto, mesmo se isso tiver sido ligeira-

mente prejudicado, pode significar que os partidos de esquerda e centro estarão agora desenvolvendo projetos políticos que talvez sejam menos propensos a fazer concessões. Eles têm uma análise mais crítica do papel do poder financeiro em muitos sistemas sociais, por exemplo. Se o partido democrata dos EUA vai voltar a dançar com Wall Street e ganhar as próximas eleições presidenciais, por exemplo, isso é hoje uma questão. Nesse sentido, acho que a política realmente tem importância. Quero dizer que, se você for procurar uma saída para o atual momento neoliberal, isso será no terreno da ação política, e um passo terá que ser dado de cada vez, não será apenas um salto mágico para um futuro não neoliberal. Acho extraordinariamente improvável que isso aconteça.

Assim, em alguns aspectos, podemos estar olhando, pelo menos, para a possibilidade de uma série de movimentos de transição progressivamente afastados dos arranjos neoliberais, tomados por partes da esquerda e dos partidos trabalhistas. O fato de esse meio-termo estar mais desacreditado do que antes poderia significar uma grande mudança. Suponho que minha posição difere da de Harvey, porque eu ainda veria que, no nível institucional – político e social –, ainda há muita negociação. O neoliberalismo não é essa máquina autorreplicadora que sempre produzirá o mesmo tipo de resultado, e penso que haverá diferentes tipos de possibilidades ao final deste período sombrio em que estamos agora. Embora não haja muitos sinais de saídas progressistas de dentro das normas neoliberais, há críticas mais robustas a essas normas vindas de alguns partidos de esquerda ao redor do mundo, os quais, quando ocupam novamente posições centristas, estão sendo mais abertamente criticados do que no passado. Portanto, acho que estamos numa posição diferente agora, e é difícil prever o futuro a médio prazo.

**As perguntas que elaborei para falarmos sobre Brasil têm a ver com isso. Mas, antes, gostaria de dar um salto para a China, porque parece que muitos analistas estão tentando investigar o caso chinês para entender melhor o neoliberalismo depois da crise de 2008. Em relação à “falsa controvérsia” sobre se a China pode ou não ser considerada neoliberal, você citou recentemente numa palestra na Universidade de Alberta que aquele país vê o neoliberalismo como uma “disfunção ideológica ocidental”. Poderia explicar essa percepção e como ela dialoga com a controvérsia sobre a “China neoliberal”?**

Foi há alguns anos que o partido comunista chinês acrescentou a palavra neoliberalismo às suas palavras proibidas, e ela não pode ser usada na China em referência ao desenvolvimento do país. Isso me sugere uma série de coisas. Primeiro, que esse é um termo com alguma relevância política visto que foi suficientemente importante para mobilizar um esforço de exclusão. Dessa forma, acho que o neoliberalismo fala às sensibilidades sobre as formas mais amplas de mercantilização e privatização, que são claramente uma parte importante do modo como a economia e a sociedade chinesa têm sido refeitas no momento e nas últimas décadas. O fato de ser importante não chamar isso de neoliberalismo segundo o partido comunista chinês constitui

um momento histórico interessante. Minha própria visão é que nunca devemos fazer a pergunta do neoliberalismo de uma forma sim/não. Nunca é apropriado dizer “está o neoliberalismo ausente desta situação particular ou é a forma completamente dominante de definir um sistema social ou um Estado?”. Porque é sempre uma questão de mistura com outras formas de poder social, programas institucionais e assim por diante. Nesse sentido, eu diria que é inegável que há processos de neoliberalização em andamento na China contemporânea, e assim tem sido por muitos anos. Os mercados continuam sendo um dos principais instrumentos de transformação utilizados pelo partido e por muitos outros atores sociais na transformação do Estado e assim por diante. Por isso, no presente, por que não o nomearmos assim? Penso que a China tem que ser entendida como uma das muitas configurações do poder neoliberalizado no mundo de hoje.

A única maneira de entender a neoliberalização é vê-la em múltiplas conjunções e reconhecer que nenhuma delas é um padrão original ou natural, mas a forma como o neoliberalismo existe é sua configuração no espaço entre muitas formações sociais diferentes, cada uma das quais possuindo sua própria configuração de neoliberalismo, incluindo China, Brasil, Alemanha, França, Estados Unidos etc. Não

há um centro natural para isso. A forma como o neoliberalismo existe está nessas múltiplas configurações que estão interagindo umas com as outras, e nem todas tendem para a mesma direção. Isso significa que devemos entender a formação política e social chinesa como uma das muitas em que os processos de neoliberalização do presente são consequenciais de diferentes maneiras. Uma das vantagens estratégicas que a China tem tido é o fato de que a liderança que lá esteve seleciona, em parte, os termos em que está envolvida com os sistemas de governança neoliberal, tanto dentro do país como internacionalmente. A China transitou para uma forma de capitalismo com outro nome, sem encontrar grandes crises até

o momento, de modo que esse tipo de abordagem negociada, experimental e seletiva que a liderança chinesa adotou desde o final dos anos 1970 permitiu, então, construir sua própria versão de uma estrutura parcialmente neoliberalizada. Essa é uma experiência muito diferente da vivenciada por qualquer outro país pós-socialista, por exemplo, já que a maioria passou por uma crise abjeta nos anos 1990 e por formas extremas de ajustes estruturais e tratamentos de choque, como eram denominados. A China nunca teve um tratamento de choque. Também não teve um tipo de cami-

nho democrático para a neoliberalização através do consentimento eleitoral: ela teve seu próprio caminho. E por isso acho que essa é uma das configurações importantes da neoliberalização atual de que precisamos dar conta. Mas, como digo, é uma de muitas. Não é necessariamente a forma principal de uma que vai ser replicada em outro lugar num mundo de Estados e sistemas sociais parcialmente neoliberalizados, mas é uma das mais conspícuas neste momento.

**Você costuma apontar que há formas de contenda na esfera social que acompanham o neoliberalismo,**

“

**O neoliberalismo está agora numa posição política de estabelecimento arraigado, parecer perdido essa visão de seu próprio futuro, e desde 2008 tem sido uma espécie de bloqueio de governança imperativo. Trata-se somente de “fazer o que temos de fazer”, apenas para “passar por esse momento”, e isso é muito diferente de um projeto cuja visão de futuro olha para bem mais longe.**

- *Jamie Peck*



**e que se ele for derrotado “não será por um grande Big Bang espetacular, mas a partir da crítica, das diversas e múltiplas formas de resistência que coexistem com ele”. Considerando o contexto brasileiro de ascensão de um governo socialmente reacionário e economicamente liberal, os analistas têm enfatizado que a maior fragilidade do governo talvez seja a ausência de um projeto político bem definido em termos propositivos, além do recuo na capacidade redistribuída das políticas sociais. A ele faltaria o componente “criativo” da destruição promovida pelas políticas neoliberalizantes já em vigor. É neste tipo de fissura que a resistência às políticas neoliberalizantes pode ser construída?**

Sim, acho que isso significa que sempre há espaço para alternativas, apesar de uma das formas de a neoliberalização funcionar é atacar seus inimigos para tentar minar a base social de organização contra si mesma. Portanto, seu lado destrutivo está focado no desmantelamento das instituições e organizações sociais que continham sua regra. E o lado criativo da neoliberalização tem sido uma tentativa de preencher os vazios criados por suas próprias abordagens inadequadas de governança, que tinham sido aleatórias, oportunistas e problemáticas. Se estamos numa situação que poderíamos caracterizar como sendo de neoliberalismo tardio – se esse rótulo pudesse ser aplicado à década pós-2008 –, uma das características desse momento, eu diria, é que as consequências a longo prazo da neoliberalização são suas forças destrutivas, mais do que sua capacidade de implantar instituições sociais capazes de preencher o vácuo através de uma construção institucional construída à sua imagem. E, assim, ela adquire um escudo mais duro e vazio em torno dos projetos neoliberais, sua capacidade de coexistir e trabalhar com outros atores sociais parece realmente diminuída, e mais uma vez o fracasso dos projetos centristas ou de terceira via do neoliberalismo foi parte dessa história, de modo que sua atual capacidade de inscrever tudo isso é limitada. Algo que Bob Jessop chama de um “exercício fracassado de encurtar seus próprios problemas de rolagem e governança através da cooptação”. Penso que isso significa, mais uma vez, que não há garantia do que irá preencher essas lacunas e espaços vazios, mas eles estão sendo produzidos sistemicamente agora pelas falhas dessa governança neoliberal, e por silêncios e limites. O que preenche esses espaços, se temos que

pensar nisso nos termos de Karl Polanyi, é um duplo movimento. Polanyi prevê esses vazios criados pelo excesso de mercantilização e privatização, mas também enfatiza que o que vai preencher o vazio é uma questão social e política, não uma questão de predeterminação econômica. Portanto, o que preencherá os vazios será em parte uma questão de quais tecnologias e instituições sociais estarão disponíveis em diferentes situações. E esta é uma das famosas reflexões de Milton Friedman em que ele assegura que, no meio de uma crise, as estratégias para sair dela serão moldadas pelo que está se formando ao redor, ou seja, por ideias e projetos disponíveis para serem mobilizados naquele determinado momento. Essa é, em parte, a maneira como o próprio neoliberalismo poderia começar para elaborar tanto uma espécie de crítica do momento presente quanto uma estratégia de ação.

Há projetos que são críticos ao neoliberalismo e alternativas a ele, os quais também estão trabalhando para atingir esse tipo de combinação de estratégias de curto e longo prazo. Contudo, mais uma vez – porque eu não anteciparia que o neoliberalismo irá fracassar em qualquer tipo de Big Bang singular –, acho que é importante continuar a manter esses projetos para não se ser absorvido por um fatalismo e assumir que o neoliberalismo pode “dominar a terra para todo o futuro imaginável”. Penso que essa seja uma razão para elaborar uma espécie de crítica da neoliberalização para poder realmente analisar essas aberturas e limitações. Há vazios de governança e necessidades sociais e ambientais reais que precisam ser atendidas e que estão além do repertório neoliberal. Outros movimentos e projetos sociais estão desenvolvendo respostas para as questões ambientais, as questões de qualidade de vida e assim por diante. São respostas vindas de fora do repertório neoliberal, e eu diria que hoje é ainda mais importante mantê-las, empurrá-las, avançando adiante, mesmo numa circunstância difícil de crise.

**No livro *Fast Policy - Experimental statecraft on the edge of neoliberalism* (2015), você e Nik Theodore estudam casos brasileiros de programas de transferência de renda e de orçamento participativo como exemplos de políticas que se misturaram a dinâmicas neoliberalizantes. O Bolsa Família, que no Brasil é amplo e representa um dos maiores avanços na luta contra a pobreza, tem sido replicado por instituições internacionais com ênfase em condicionalidades.**

**O orçamento participativo, com todas as dificuldades inerentes à etapa de arranjos, de acordo com sua conclusão, conseguiu se manter engajado nas concepções originais de democratização das administrações públicas. Estes casos representam nós auspiciosos sob uma perspectiva crítica, e exemplos onde o localismo foi um espaço preferencial de resistência ao neoliberalismo (ou a escala na qual essa resistência foi viável concretamente). No entanto, pensando na urgência de projetos contra-hegemônicos que façam frente à neoliberalização, em que medida o localismo também não restringe e limita o pensamento crítico e a esquerda?**

Penso que uma das razões estratégicas para a existência e destaque do localismo de esquerda é que é a última linha de defesa. Ele reflete a derrota da esquerda em todas as outras escalas de governança e sua fraqueza transnacionalmente. Assim, o localismo é em parte uma medida do quanto a esquerda foi derrotada em lutas passadas e foi empurrada para todos os outros níveis de governança. Nesse sentido, penso que temos de reconhecer que a história e as estratégias alternativas só podem ser construídas a partir de onde a esquerda está atualmente, que é no nível local, mas acho que isso requer uma análise estratégica dos horizontes da ambição dos programas, superando em muito o local. Na minha opinião, isso será totalmente necessário para ganhar tração real. Não podemos responder adequadamente a alguns dos maiores desafios do presente, incluindo a crise ecológica, a crise da desigualdade social e dos serviços de saúde, por exemplo, através de respostas inteiramente locais, porque elas não conseguem lidar com os desafios da redistribuição de respostas em larga escala para o que são, em alguns aspectos, problemas globais. Portanto, a esquerda tem que começar pelo localismo, e penso que também tem que estabelecer horizontes de ambição que excedam o local.

As trajetórias de políticas que examinamos no livro *Fast policy* realmente circularam pelo Brasil, país que se constitui num dos pontos centrais de mudanças geradas por essas duas experiências. O Brasil desempenhou um papel importante nesses dois programas que são hoje matrizes de políticas transnacionais. Nesse sentido, penso que a experiência brasileira fala da importância desses momentos conjunturais em que trajetórias políticas podem se mover em diferentes direções. Em ambos os casos, pelo menos na época focalizada no nosso trabalho,

o Brasil, sob o Partido dos Trabalhadores (PT), mostrou alguma capacidade de impulsionar o rumo de uma mudança política mais ampla de forma progressista. Assim, reconhecemos que há muitas críticas ao Bolsa Família, por exemplo, mas elas não se sustentaram. Eu diria que esse programa foi como uma plataforma social que permitiu que outras formas de política pudessem ser imaginadas mais tarde, bem como alcançar os objetivos relativamente de curto prazo de diminuição da pobreza e de transferência de renda de forma espacialmente progressista. O fato de o Brasil ter desempenhado um papel fundamental em ambas essas trajetórias de políticas remete a essa importância de entender tanto as diferentes conjunturas quanto a importância das batalhas diárias sobre o rumo das políticas. Essas batalhas têm consequências, e nem sempre esse conjunto de normas gerais que ditam as políticas compatíveis com o neoliberalismo será bem-sucedido. De algum modo, há aspectos de transferências condicionadas de renda que são compatíveis com a governança neoliberal, sendo que outros a desafiaram. Eu diria que até hoje o Bolsa Família foi uma das experiências que mais abriu as portas para formas não condicionadas de ajuda aos pobres, o que tem sido um debate travado há séculos sobre condicionalidades ligadas ao pagamento da previdência social... há séculos!

Penso que o fato de muitas grandes partes do mundo estarem agora tendo uma conversa séria sobre estratégias de renda básica incondicional se deve, em parte, ao efeito demonstrativo do Bolsa Família num contexto de experimentos que foram financiados e controlados pelo Banco Mundial – que só está realmente interessado em programas condicionais. Mas o Brasil foi um poderoso contribuinte para esse conjunto de normas e iluminou um caminho diferente, levantando a questão sobre o papel prático das condicionalidades. E apesar das muitas concessões ao Bolsa Família, o fato de que ele realmente interiorizou o que algumas das pessoas com quem conversamos chamaram de “objetivos dos direitos sociais” teve consequências não só para o programa no Brasil, mas para além dele. Portanto, mais uma vez, não estou sugerindo que essas questões sobre o que vai acontecer no futuro sejam apenas metaquestões sobre o rumo ideológico geral da neoliberalização: são batalhas em torno da definição de direções políticas das instituições, que são também lugares onde a luta social vai se dar, se se trata de construir alternativas ao neoliberalismo.

**É uma maneira otimista de terminar esta conversa, obrigada. ■**